

**O DISCURSO RELIGIOSO EM CONTRAPOSIÇÃO AOS DIREITOS HOMOAFETIVOS:  
ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO FEITO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO  
DA CIDADE DE DOURADOS/MS**

Luan Fernando Schwinn Santos<sup>1</sup>, Mariana Martines Tozzi Moreira<sup>1</sup> e  
Cristiano da Silveira Longo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Bolsistas Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Discentes do curso de Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>2</sup> Orientador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Docente no curso de Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados.

**Resumo:** Pensou-se por muito tempo que a sexualidade estaria relacionada com a “natureza” humana, algo natural e inquestionável. A contribuição aqui é resultado de experiências obtidas na docência de Educação Sexual, pelo programa do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, junto ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, um projeto que tem a proposta de, na Psicologia, discutir os temas transversais. A condução deste programa se deu por encontros em duas salas de 1º ano, mostrando a importância deste tema no ensino básico e como ele ainda é considerado um tabu. O objetivo do trabalho é de buscarmos debater o poder do discurso religioso no processo de conquistas dos direitos homoafetivos no cotidiano escolar, ou seja, entender como a religião e seu discurso se faz de “empecilho” na garantia desses direitos. Utilizamos para a produção deste trabalho pesquisa em temas relacionados a área de sexualidades e das religiosidades, como também experiências e dados obtidos em sala de aula, o que nos possibilitou uma visão do tema e nos levou a posicionar criticamente sobre tais dados. Inferimos que o trabalho tem importância para a discussão de direitos relativos à população LGBT e também para os conteúdos que estão sendo ministrados em sala de aula. Faz parte da atuação docente, partindo de nossas experiências, explicitar temas considerados tabus para que a discussão e conscientização em torno do mesmo ocorram e, quem sabe, tenhamos um avanço no imaginário das pessoas acerca do tema e de tantos outros.

**Palavras-Chave:** PIBID-Psicologia, Educação Sexual e Religiosidade.

### **Introdução**

Pensou-se por muito tempo que a sexualidade estaria relacionada com a “natureza” humana, algo natural e inquestionável. Foucault, em *Historia da Sexualidade* (1988, 2007a, 2007b) nos apresenta à discussão, colocando esse envolvimento em cheque. A sexualidade, aquela pensada como natural, pré-determinada pelos corpos onde estaria aprisionada, em Foucault se vê como dispositivo, e numa rede entrelaçada por vários outros dispositivos e discursos que se enrolam e se aprisionam, onde a

“estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 100.). Entendendo que a sexualidade é um assunto de extrema importância e que pode ser usada de diversas formas e pensando que sua discussão ainda seja um tabu nos dias atuais, nos aventuramos pelo – conservador - espaço escolar.

Portanto, a contribuição aqui é resultado de experiências obtidas na docência de “Educação Sexual”<sup>1</sup>, pelo programa do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, junto ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, um projeto que tem a proposta de, na Psicologia, discutir os temas transversais. Dentre os temas estão o de “meio ambiente, ética, trabalho e consumo, saúde, pluralidade cultural e orientação sexual” (BRASIL, 1998). O projeto se dá com encontros semanais os quais variam de 01 a 10 encontros, dependendo do tema e da demanda dos(as) discentes, dividido em módulos com algum dos temas expostos anteriormente.

Como base metodológica desses encontros utilizou-se dos “grupos operativos” propostos por Pichon-Rivière e Bleger, que funcionam para chegarmos a “tarefa”, que se constituía basicamente no debate em sala de aula. Esses grupos facilitam a inserção nas salas de aula e analisando três anos de inserção no projeto podemos afirmar que eles ajudam o processo de “ensinagem” dos bolsistas e dos estudantes.

A discussão apresentada neste capítulo ira girar no torno de dois encontros feitos no módulo de “educação sexual” em duas salas do 2º ano de uma escola estadual em

---

<sup>1</sup>Atribuimos o nome Educação Sexual para que não houvesse certa confusão ao falarmos de “Orientação Sexual”, mas nossa base em aula foi o PCN transversal de Orientação Sexual, proposto para o ensino de temas ligados a sexualidade no ensino básico.

Dourados – MS, contando com a presença de trinta e seis estudantes que tinham diversas visões e preceitos éticos e morais. Nesses dois encontros estava previsto a discussão de temas “espinhosos” como adoção e casamento homoafetivo. Apresentaremos como foram conduzidas tais discussões.

## **1. Uma aula sobre direitos, a manutenção religiosa questionada.**

### **1.1. Iniciando a temática**

Como dito anteriormente, nosso relato parte de um módulo de “educação sexual”. Os encontros aqui descritos fizeram parte deste módulo, que para entendê-lo melhor descreveremos brevemente os assuntos tratados por todo o módulo.

Iniciamos os encontros discutindo o corpo e como ele é afetado por esses diversos estímulos que temos no cotidiano, principalmente a imagem de mulheres magras e homens “bombados”. No segundo encontro, discutimos as questões de gênero<sup>2</sup>, propondo a estes(as) estudantes uma nova forma de olhar as relações entre homens e mulheres, de pensarmos não mais em sexo como sinônimo de gênero e refletirmos este por um âmbito mais sócio-histórico-cultural do que biológico; seguimos com a discussão de gênero por mais dois encontros, devido à demanda da sala.

Após esses encontros resolvemos, amparados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), trazer assuntos que envolviam as Orientações Sexuais, e para tal utilizamos de 2 encontros devido ao grande debate da sala em torno dos temas, fizemos 5 perguntas para propiciar o debate:

#### **1. O que é Orientação Sexual?**

---

<sup>2</sup>Para nosso entendimento, gênero é como uma explicação histórica, social e cultural para o modo em que os indivíduos sentem e se identificam com sua sexualidade (RAGO, 1988), portanto, como diz Beauvoir (1967) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, onde fazemos uma leitura de que as características femininas são construídas socialmente e culturalmente através da história.

2. Você é a favor do casamento de pessoas do mesmo sexo? Porquê?
3. Você é a favor da adoção de crianças por casais do mesmo sexo?
4. Orientação sexual é adquirida ou é genética? Explique.
5. Você saberia diferenciar Identidade de Gênero e Orientação Sexual?

Distribuímos papéis sulfite aos(as) estudantes e pedimos para que eles dessem suas respostas de forma escrita. Sugerimos para se identificarem como sendo do gênero masculino ou feminino. Feito isso, colocamos em aberto que quem se sentisse a vontade respondesse a primeira questão, fazendo isso sequencialmente com as outras questões.

A primeira questão sobre orientação sexual teve como respostas, dentre as verbais e escritas, algo em torno de “pegar pessoas do mesmo sexo” ou sendo uma “escolha” que fazemos ao longo da vida.

Sobre as perguntas 4 e 5, muitos ficaram em dúvida. No que diz respeito à orientação sexual ser adquirida ou genética, as duas salas ficaram divididas na resposta escrita com opiniões como: “ninguém nasce sabendo de nada”, “é uma escolha da pessoa”, “é adquirida de acordo com a educação”, “acontece no decorrer do desenvolvimento humano”. Na verbalização em sala, também foi dividido, os(as) estudantes a favor da explicação genética a defendiam por acreditarem que ninguém escolhe ser homossexual, heterossexual ou bissexual; os(as) que defendiam que é “adquirida” argumentavam que é aprendido pela convivência e pela educação. A quinta questão foi a que mais houve dúvidas: a maioria dos(as) estudantes na resposta escrita colocou a identidade de gênero como “algo que você é” e orientação sexual “o que você gosta”; na verbalização poucas pessoas falaram, colocando aí uma afirmativa de que muito pouco se sabe sobre identidades de gênero e que eles não discutem essas identidades na escola ou no ambiente em que vivem.

## **1.2. O casamento e a adoção homoafetiva**

Deixamos o relato um pouco atemporal, pois queríamos destacar as questões 2 e 3, uma vez que foram estas perguntas as que mais geraram discussão em torno da religiosidade dos(as) estudantes; foram essas questões que, evidentemente, atacaram a “moral” e os preceitos religiosos dos(as) alunos(as). Portanto, dividimos a apresentação das impressões verbais (ouvidas e discutidas em sala) e as escritas (na qual lemos, posteriormente).

Ficou bem claro no debate em sala que os contrários ao casamento homoafetivo tinham esse posicionamento, pois, para eles(as) isso era “contra a bíblia”, “um pecado”, “quem está de acordo com isso também está pecando”; no debate alguns(as) alunos(as) se colocaram favoráveis, porém aqueles(as) que defendiam a não união homoafetiva prevaleceram, eles(as) detinham argumentos comumente usados por pastores e padres, o que levava a crer que a religiosidade se apresentava como inteiramente ligada a manutenção desses pensamentos. Como bem lembra Santos e Couto (2008) as instituições religiosas são reguladoras de sexualidades que são, de certa forma, alternativas à heterossexualidade.

Para acrescentar no debate desses (as) estudantes, trouxemos um outro ponto de vista: explicamos a eles(as) que todos(as) pagamos impostos e temos certos deveres e direitos que devem ser garantidos pelo Estado, os homossexuais também contribuem para isso, então por que o Estado, sendo laico, não aprovaria o casamento entre pessoas do mesmo sexo? A resposta foi quase imediata: “Porque Deus não aprova” ou “é a minha opinião”, outros(as) concordaram com a premissa apresentada de que direitos não devam ser negados; todos(as) concordaram que a questão do casamento homoafetivo dentro de igrejas não deva ser questionada, podendo a igreja ter a escolha de querer ou não realizar a cerimonia religiosa.

Diferentemente, na pergunta sobre adoção entre pessoas do mesmo sexo, o argumento mais enunciado foi “isso vai influenciar as crianças”. Esses(as) jovens acreditam, em suma, que as orientações sexuais dos pais e mães são influenciáveis para os(as) filhos(as) e que a homossexualidade pode ser algo socialmente construído dependendo da educação e influência do ambiente; aqueles(as) que se colocaram a favor, argumentaram que “todos devem ter direito à família”, “há muitas crianças que estão esperando para serem adotadas”.

Em relação às respostas escritas, pouco mudou da verbalização ocorrida em sala. Dos(as) 36 estudantes, 13 utilizaram de argumentos religiosos, “porque Deus fez o homem e a mulher” ou “aos olhos de Deus, isto é pecado”. Desses 36, havia 16 meninas e 20 meninos, no entanto, mesmo com menos meninas, elas no geral se mostraram mais receptivas e favoráveis aos direitos homossexuais.

Para quantificarmos essas questões, separamos os discursos favoráveis e desfavoráveis, entre os meninos e meninas. Em relação às diferenças entre os sexos, no geral, houve pequenas diferenças: nas duas questões os(as) estudantes foram contra o casamento ou adoção entre pessoas do mesmo sexo, o que (re)afirma as opiniões tidas pela maioria na sala no dia do encontro. Entre as meninas, 56,7% se mostraram a favor do casamento homoafetivo e entre os meninos, apenas 25% argumentou favoravelmente; para esta questão, em um quadro geral, os não favoráveis acabaram sendo 61,2%. Observamos que quando se coloca a questão da adoção os números em favor dos direitos homoafetivos caem: no caso das meninas, drasticamente, foi pra 37,5% o número de favoráveis, enquanto nos meninos 20% eram a favor; no geral os não favoráveis (a maioria) tornaram-se 72,2%. A Tabela a seguir sintetiza esses dados:

**Tabela 1. Estudantes favoráveis e contrários ao casamento e adoção homoafetivos**

	Favoráveis a pergunta 2 (%)	Contrários a pergunta 2 (%)	Favoráveis a pergunta 3 (%)	Contrários a pergunta 3 (%)
Masculino	05 (25%)	15 (75%)	04 (20%)	16 (80%)
Feminino	09 (56,7%)	07 (43,8%)	06 (37,5%)	10 (62,5%)
TOTAL	14 (38,8%)	22 (61,2%)	10 (27,8%)	26 (72,2%)

Um dado bastante interessante foi que dos (as) 13 estudantes que argumentaram com explicações religiosas, 2 se mostram a favor da adoção, com o argumento de que “qualquer criança deve ter uma família”. Mas desses 13, nenhum (a) é a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo: dentre esses 05 são meninas e 08 são meninos.

## 2. Além de uma opinião

O que vimos em sala e também registramos por meio das perguntas vai além de “opiniões”, argumento muito utilizado na defesa das opiniões com cunho religioso. Todos os posicionamentos colocados pelos(as) estudantes estão, necessariamente, imbricados em normas que regem nossas relações sociais e comportamentos, normas ditas por uma **maioria**<sup>3</sup> e reproduzidas a todo instante pelas **minorias**.

Como proposta, há a necessidade de nos questionarmos sobre as instituições que produzem as normas reguladores dos corpos, da normatização das identidades de gênero e principalmente em torno da orientação de nossos desejos. Santos e Couto (2008) nos dizem que a religião tem um papel regulador para as “sexualidades alternativas” e que grande parte do discurso repressor da sexualidade que circula em nossa sociedade se dá

<sup>3</sup> Lewin (1998) coloca em questão o conceito de Maioria Psicológica, seria um grupo que dispõe das estruturas e o poder que lhe permitam “auto-determinar-se” em relação ao destino coletivo, isso é independente do quantitativo de pessoas em relação a outro grupo. As Minorias Psicológicas são aqueles grupos que dependem da “boa vontade” da maioria, se submetendo, em nosso caso, a uma “inferioridade” em relação a seus direitos.

através desta instituição. Ainda seguindo tal raciocínio, inferimos que uma das instituições que produzem discursos acerca da sexualidade é a Igreja e que algumas outras instituições como família e escola apenas reproduzem tais discursos (Ver: LACERDA, et al, 2002; JURKEWICZ, 2005; NATIVIDADE & OLIVEIRA 2009; SIMÕES NETO et al, 2009).

O discurso religioso esta sendo colocado enquanto produtor de discursos e é um dos “reguladores” da sexualidade, pois, segundo observação em sala, pudemos visualizar que este discurso constrói argumentos que geram preconceitos, e fez com que muitos(as) estudantes não quisessem discutir direitos civis, inerentes a todo cidadão, para defender preceitos morais e éticos de sua religião.

Em nossos encontros, em suma, pudemos perceber três reações: 1) aquela em que se coloca a homossexualidade como pecaminosa (o que pode ser verificado claramente quando um aluno argumenta “está escrito na bíblia que é pecado”); 2) daqueles que acreditam que a homossexualidade é aceitável mas inferior à heterossexualidade; 3) daqueles que acreditam que a homossexualidade é tão digna de honra quanto a heterossexualidade (JURKEWICZ, 2005).

Natividade e Oliveira (2009) contribuem com o debate sobre homofobia religiosa<sup>4</sup>, para quem esta não se constrói sozinha, “mas envolve formas de atuação em rede em oposição à visibilidade e ao reconhecimento das minorias sexuais” (p. 132), tornando assim, em nosso ponto de vista os(as) estudantes sujeitos desta pesquisa como

---

<sup>4</sup> Homofobia religiosa é um conjunto de práticas e discursos baseados em valores religiosos, onde se operam táticas para desqualificar e controlar a diversidade sexual, ela atua como uma rede heterogênea, pois extraem sua autoridade de princípios cosmológicos, argumentos teológicos e interpretações conservadoras da bíblia. (NATIVIDADE e OLIVEIRA, p. 131 – 133, 2009)

extensão dessas instituições religiosas, servindo o discurso das lideranças “como ‘guias’ ou exemplos normativos para a conduta do fiel” (p. 133).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste estudo procuramos discutir alguns pontos que permeiam a interface entre religiosidade e sexualidade, tentando explicitar o quanto a primeira tem repercussão direta ou indireta no discurso da segunda, assim como de outros discursos. Entendemos que, nossa experiência não pode ser generalista, porém, visto a discussão nos meios midiáticos acerca do tema, podemos inferir que o discurso religioso não se faz presente somente nas salas em que estávamos inseridos.

Entendemos que por se tratar de uma investigação feita com apenas duas salas e um número pequeno de estudantes nosso estudo fica um pouco mais delimitado, porém com nossa experiência em sala e pelo cotidiano vivenciado na escola, percebe-se que estes assuntos em torno da sexualidade humana ainda são tabu, bem como vários outros temas, como por exemplo, as “drogas”.

Conforme podemos perceber, os(as) estudantes aprendem temas referentes à sexualidade por um viés totalmente biológico, o que restringe, de certa forma, suas compreensões de mundo e de corpo. Entendemos que o fator social é de grande relevância na formação de conhecimentos sobre gênero e sexualidade, por isso defendemos o ensino também da educação sexual em uma perspectiva mais crítica e menos hegemônica.

Dito isto, defendemos a crença desses estudantes, porém, devemos pontuar que os argumentos usados em sala, não devem ser fundamentados exclusivamente e/ou prioritariamente nas religiões, buscamos ao máximo manter o debate em torno do direito às minorias e não adentrar ao debate a nível pessoal. E esperamos que em um futuro,

possamos entrar em sala de aula e não discutir aspectos morais de uma determinada religião, mas sim de direitos, para que assim a educação seja inclusiva, emancipatória e crítica.

## Referências

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo II: A experiência vivida**. Trad. Sérgio Millet. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1967.

BLEGER, J. Grupos operativos no ensino, In: BLEGER, J. **Temas de psicologia: Entrevista e Grupos**. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília:1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber** (1976). Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres** (1984a). 9 ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade III: o cuidado de si** (1984b). Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

JURKEWICZ, R.S. **Cristianismo e homossexualidade**. In: GROSSI, M. P. et al. (orgs.). **Movimentos Sociais, educação e sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. **Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), pp. 165-178, 2002.

LEWIN, K. **Minorias Psicológicas**. In: MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e gênese dos grupos**. 8ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

---

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Ed. Vozes. 6 ed. 1997.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. de. **Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores.** Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad, nº 2, p. 121 – 161, 2009.

NUNES, C.A. **Desvendando a Sexualidade.** 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. **El Proceso Grupal- Del psicanálise a la psicología social.** Vision Nueva. Buenos Aires. 2006.

RAGO, M. “**Descobrimos historicamente o Gênero**” In: Cadernos Pagu. Unicamp. n.11. pp. 89-98. São Paulo, 1998.

SANTOS, J.B. dos; COUTO, E. **O papel das religiões enquanto instancias reguladoras das sexualidades alternativas: O caso da homofobia e violência.** Revista Fórum Identidades, A. 2, V. 4, p. 63-70, jul-dez 2008.

SIMÕES NETO, J.P.; *et al.* **As representações da diversidade sexual no campo religioso.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 241-276, 2009.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Trad. Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Gender and the politics of history. Columbia University Press. New York, 1989.